

O BAIXO RENDIMENTO DOS ALUNOS NO ENSINO FUNDAMENTAL

Manoel de Jesus Bastos (1); Daniela Santos Landim Silva (1); Glaucia Barradas dos Santos (2);
Gerson Pindaíba da Silva (3);

Unidade Escolar Luís Eduardo Magalhães, e-mail: majeba2011@hotmail.com; Unidade Escolar Professor José Leandro Deusdará, e-mail: danielalandim.bio@gmail.com; Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Piauí – IFPI, e-mail: glauciabarradas@hotmail.com; Unidade Escolar Letícia Macêdo, e-mail: gersonpindaiba@yahoo.com.br;

RESUMO: Este artigo analisa o baixo rendimento escolar, sobretudo nos anos finais do Ensino Fundamental das escolas públicas brasileiras. Um problema que vem gerando desconforto e inquietação às instituições de ensino e à comunidade escolar que lutam, incansavelmente, por uma sociedade mais justa, igualitária e constituída por indivíduos críticos, conscientes e responsáveis. No entanto, pesquisar sobre o fracasso escolar, sobretudo na etapa do Ensino Fundamental, é imprescindível, tendo em vista que esta etapa exige, prioritariamente, o aprendizado efetivo da escrita, da leitura e do cálculo para a sua alavancagem. A estagnação do aprendizado, em qualquer nível, gera desinteresse, comodismo, sentimento de indiferença e evasão escolar, fortalecendo, assim, o processo de discriminação social. Apesar da implementação de políticas públicas, em prol do desenvolvimento educacional, esse entrave persiste e deve ser enfrentado, habilidosamente, pela comunidade escolar. Reclamar ou apontar a culpa para outrem, certamente, não trará os resultados que se espera. Escola e sociedade precisam somar esforços no sentido de cumprir com as tarefas que lhe estão incumbidas pelas leis pedagógicas, resgatando, assim, a credibilidade e a qualidade da educação. É preciso que se implemente uma política educacional autêntica e isenta de utopias, com estratégias que possam sinalizar alternativas para a recuperação do baixo rendimento dos alunos que patinam em algumas disciplinas, ao longo do ano letivo. Por isso, deve-se estender um olhar reflexivo e avaliador a todos que fazem a educação, que tem fomentação pela sua qualidade e perspectivas da verdadeira cidadania plena. É com essa convicção que deve-se apostar no poder da união escola/sociedade para o enfrentamento dos desafios e o redimensionamento do futuro que se deseja.

PALAVRAS-CHAVE: cidadania, educação, sociedade.

1. INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, os resultados do ensino-aprendizagem, de grande parte dos alunos, do Ensino Fundamental, tem gerado intensa preocupação para as instituições educacionais, uma vez que não vem atendendo os requisitos previstos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, art. 32, inciso I, e nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica – DCNEB, art. 24, inciso I. Os resultados insatisfatórios vêm gerando, de certa forma, desconforto e inquietação a essas instituições que, há muito tempo, lutam em prol de uma sociedade justa e igualitária, constituída por indivíduos críticos, conscientes e responsáveis.

Admite-se que, apesar de muitas políticas públicas em favor da educação, ainda é assustador o número que aponta o baixo rendimento existente no Ensino Fundamental, sobretudo nos anos finais e que refletem, como consequências, a evasão e a retidão escolar. Geralmente, isso acontece por vários fatores, dentre eles, o resquício de uma base mal preparada. Com isso, surge os atrasos nos estudos daqueles que se situam na faixa etária considerada própria, onde muitos tentam superar, posteriormente, através de cursos suplementares.

O baixo rendimento escolar é algo que preocupa toda a sociedade, tendo em vista que o currículo escolar não é uma tarefa exclusiva dos professores, mas um conjunto de esforços pedagógicos desenvolvidos com a intenção de educar. A educação escolar é um bem valioso e imprescindível à formação do indivíduo para a constituição de uma sociedade equilibrada. E, para que isso se consolide, faz-se necessário que todas as pessoas submetam-se ao processo de escolarização.

Uma coisa que passa quase despercebida, e que pode ser um dos fatores responsáveis pelo baixo rendimento dos alunos, é o grande esforço que as escolas fazem para atingirem altos patamares no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB, dando ênfase apenas as disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática e reduzindo os conteúdos das demais, como se fossem menos importantes. Chegam a desconsiderar os seus Projetos Políticos-Pedagógicos, criados pela comunidade escolar e com base nas reais necessidades dos alunos, para atender exigências do sistema federal que, por sua vez, precisa apresentar as melhores estatísticas para posterior alocação de recursos do Banco Mundial.

Observa-se, portanto, que não existe uma política educacional autêntica, direcionada a uma educação qualitativa, que se preocupe em buscar alternativas para a recuperação do baixo rendimento dos alunos que patinam em várias disciplinas. O que há, verdadeiramente, são políticas de poder em que países ricos subjagam países em desenvolvimento.

2. POLÍTICAS PÚBLICAS E O BAIXO RENDIMENTO DOS ALUNOS NO ENSINO FUNDAMENTAL

O que se tem percebido, nos últimos anos, é um trabalho pedagógico norteado pelos exames do sistema nacional de avaliação, interferindo, de certa forma, na qualidade educacional e no suprimento das necessidades básicas dos estudantes, atendendo a lógica capitalista e obstruindo a verdadeira formação humana emancipatória. Com isso deixa-se de atender as principais necessidades dos alunos, ao tempo em que se descumprem as normativas da Constituição Federal, artigo 205; “a educação (...) deve visar o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, artigo 32, inciso I; “o ensino fundamental tem como objetivo o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo.”

Há uma série de fatores que contribuem para o baixo desempenho dos alunos da etapa fundamental e que, às vezes, não é justificada apenas pela deficiência ou incapacidade deles. Segundo Guerra (2001), incapacidades de aprendizagem não devem ser confundidas com dificuldades de aprendizagens. Portanto, é necessário que exista uma interação comprometida da sociedade no processo do ensino aprendizagem.

Nessas circunstâncias, cabe a instituição educacional, na pessoa do professor, diagnosticar o estado geral do estudante no seu dia a dia, desde o contexto familiar, nascimento de um irmão, morte de uma pessoa da família, separação dos pais, desemprego e doença, entre outros. Tendo em vista e considerando as concepções de Roman e Steyer (2001), quando afirmam que os conflitos emocionais podem interferir no rendimento do aluno, torna-se imprescindível a realização desse diagnóstico.

Embora haja a alienação produzida pelo sistema, a escola jamais deverá de exercer o seu papel de mediadora, enriquecendo o indivíduo e levando-o à luta estudantil, em prol da



transformação da sociedade por meio de objetivos que atendam aos requisitos da coletividade. Os estudantes precisam inteirar-se da importância da escolarização e dos seus papéis futuros para o desenvolvimento de uma pátria que os aguarda. Eles precisam compreender que somente a educação tem, de fato, as condições necessárias para que o indivíduo se constitua o verdadeiro humano, encontre-se humanizado e torne-se humanizador.

Em virtude das preocupações que as escolas apresentam, sobretudo sobre o baixo rendimento na aprendizagem dos alunos, aumenta mais ainda a necessidade de envolver outros profissionais para lidar conjuntamente com os professores no sentido de conter ou, pelo menos, atenuar os problemas que vem empecilhando o desenvolvimento educacional. Neste sentido, é preciso que se priorize o atendimento individual com o objetivo de contribuir com a reparação dos deslances e, conseqüentemente, com o rendimento escolar de cada aluno.

O insucesso escolar pode apresentar um problema muito mais amplo do que se imagina. É um todo constituído por muitas partes e quando uma delas perde a força termina prejudicando o todo. Nesse caso, uma reflexão profunda em cada engrenagem que dá sentido ao processo educacional poderia sinalizar uma saída atenuadora para o problema empecilhador. O olhar reflexivo e avaliador devem ser estendidos desde o aluno, aos professores, aos pedagogos e aos pais, para, posteriormente, chegar-se a uma conclusão.

3. ALUNOS PROBLEMA: GERAÇÃO DE COMODISMO

Diante de resultados que explicitam o baixo rendimento dos alunos, em determinada instituição escolar, professores costumam atribuir a culpa aos próprios alunos, que apresentam inquietez, conversação na sala de aula, falta de concentração e de compromisso com as atividades solicitadas, além de outros fatores considerados externos como: problemas emocionais, desestruturação familiar que apresenta carência de motivação e de incentivo, além de outros. No entanto, esses profissionais, jamais questionaram as suas práticas pedagógicas no âmbito escolar.

Os professores sempre apontam a desestrutura da família, as condições socioeconômicas e, principalmente, o desinteresse dos alunos, como as causas responsáveis pelo baixo rendimento escolar. Habigzang afirma,

Há uma “[...] ritualização dos mitos que sempre acompanharam o fracasso (mito da carência ou privação cultural, mito da desnutrição, mito do QI, etc.) As possíveis ações educacionais excludentes e discriminatórias não são indicados. (HABIGZANG, 2005, p. 371)

Contudo, diagnosticar e/ou reclamar dos problemas que contribuem para a obstrução do desenvolvimento educacional não vai, em hipótese alguma, solucionar o problema. É preciso que, primeiro, se autoanalise, através da *ação-reflexão-ação*, dentro da prática pedagógica questionando: O que foi feito? O que deixou de ser feito? O que precisa, realmente, ser feito? Quais estratégias devem aderir para tentar alcançar os meus objetivos? E, a partir de então, tirar conclusões que sinalizem a solução.

Admite-se que há uma enorme facilidade de se apontar os problemas que empecilham o andamento educacional, direcionando a culpa sempre para outrem sem, no entanto, se preocupar com métodos que o atenuem. Dessa forma, termina gerando um ciclo vicioso, permitindo assim, o aparecimento do pessimismo, que não tem mais jeito, que nada vai adiantar fazer para reverter o quadro e termina acomodando-se, como se isso fosse um ponto final.

Comungando com as palavras de Cristina Mantovanini, que dizia: “quanto mais o professor acredita na incapacidade do aluno mais ele acredita na sua incapacidade de ensinar”, presume-se que, a acomodação do professor vai mesmo de encontro com o insucesso dos seus trabalhos.

Há muito que se pesquisar sobre o fracasso escolar, sobretudo na etapa do Ensino Fundamental que exige, prioritariamente, o aprendizado efetivo da escrita, da leitura e do cálculo. A estagnação do aprendizado gera desinteresse, comodismo, retidão e evasão escolar, fortalecendo, assim, o processo de discriminação social. No entanto, é preciso levar em consideração a importância da questão interpessoal, no contexto educacional para o avanço do processo da aprendizagem.

Admite-se que a expectativa do professor, logo no início do ano letivo, é de mediar com alunos interessados, críticos e dispostos a seguir as regras propostas pela escola. Logo, essa expectativa faz parte da individualidade do professor que apresenta grande fomentação pela superação da alienação produzida pelo sistema.

Entende-se da necessidade e importância de métodos que proporcionem aos alunos a compreenderem e valorizarem mais a escolarização para a vida, uma vez que muitos deles não levam em consideração as aulas como um bem científico imprescindível a construção da cidadania.

Alunos considerados problemas, desconhecem a legitimidade da formação científica, cabendo, pois, ao professor intermediar com estratégias emancipadoras da prisão psicológica.

4. A TAREFA COLETIVA SOBRE O FRACASSO ESCOLAR

É notório que a indisciplina discente é o fator empecilho que vem dificultando o desenvolvimento do ensino-aprendizagem em todos os níveis educacionais e, na maioria das vezes, não se têm encontrado estratégias específicas, que sinalizem a minimização do problema em curto prazo. Contudo, esse entrave deve ser enfrentado cuidadoso e melindrosamente pela comunidade escolar. Reclamar ou apontar a culpa para outrem, certamente, não trará os resultados que se espera.

Todavia, escola e sociedade precisam somar esforços no sentido de cumprir com as tarefas que lhe estão incumbidas pelas leis pedagógicas, resgatando, assim, a credibilidade e a qualidade da educação. A tarefa educacional não está atribuída a esse ou aquele, mas a todos que almejam a formação de cidadãos críticos, tolerantes e conscientes, e a constituição de uma sociedade mais justa e igualitária, pois de acordo com Moreira e Candau (2008),

Currículo como experiência escolares que se desdobram em torno do conhecimento, em meio a relações sociais, e que contribuem para a construção das identidades de nossos alunos. Currículo associa-se assim, ao conjunto de esforços pedagógicos desenvolvidos com intenções educativas. (MOREIRA, CANDAU, 2008, p. 17)

Infelizmente, muitas escolas ainda não implementaram o Projeto Político-Pedagógico, tampouco o Regimento das Unidades Escolares e as que os tem às vezes deixam de usá-los adequadamente. De modo que a comunidade escolar fica despida de conhecimentos e alheia aos deveres que lhe são incumbidos, atarefando e sobrecarregando os professores de uma tarefa que é também sua.

No entanto, cabe às instituições explicitarem e exigirem os cumprimentos dos deveres dos profissionais, dos alunos e da família, uma vez que a cidadania só se efetivará mediante esforço coletivo. Somente com a sintonia entre escola, alunos e pais é que os avanços almejados podem surgir.

Certas linhas de concepções sobre o baixo rendimento escolar convergem-se entre alguns sujeitos e grupos. Professores defendem que o baixo rendimento dos alunos está relacionado à falta de compromisso da família e dos alunos. A família, por sua vez, apresenta um leque maior de possibilidades, acreditando em situações da própria família, do filho e da escola; e os alunos indicam além de si próprios, a família, os professores e todos que fazem parte do processo.

Comunga-se, portanto, que a tarefa educativa está atribuída a uma coletividade que apresenta, em comum, os mesmos sonhos, as mesmas expectativas e os mesmos ideais, em prol da construção da cidadania plena. A parceria entre escola/família é imprescindível para a decolagem do desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem, tornando-se necessário, que todos, que fazem parte do processo, abandonem as suas zonas de conforto e partam para a tarefa mais importante de uma sociedade.

5. O BAIXO RENDIMENTO É O VILÃO NO PROCESSO EDUCACIONAL

Geralmente, o segundo semestre letivo é o período em que apresenta as maiores preocupações para grande parte dos alunos que não obtiveram nota suficiente e que, portanto, correm o risco da terrível reprovação. Notadamente, essa frustração poderia ser evitada se o processo ensino-aprendizagem fosse levado em conta desde o princípio e valorizado em todas as etapas. Um exemplo de determinação é o esforço contínuo do aluno que não vai chegar ao segundo semestre com déficit disciplinar.

Torna-se necessário que os pais façam um acompanhamento ininterrupto do processo de escolarização dos seus filhos, do primeiro ao último dia letivo, identificando os pontos fracos da aprendizagem para, posteriormente, discuti-los coletivamente e sinalizar indicadores que possam atenuá-los.

O Brasil tem tentado superar as metas propostas pelo Ministério da Educação – MEC, sendo exitoso, segundo o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB/2013, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, com resultado de 5,2, acima da meta projetada, 4,9, não conseguindo superar a meta proposta para os anos finais da mesma etapa que era de 4,4, ficando com 4,2 e no ensino médio com 3,7 ao invés de 3,9. O IDEB é um indicador geral da educação nas escolas das

redes públicas e privadas e leva em conta pelo menos dois fatores que interferem na qualidade da educação: rendimento escolar e médias de desempenho na Prova Brasil.

Segundo o IDEB/2013, 60% das redes públicas do Brasil estão abaixo da meta nos anos finais do Ensino Fundamental. Isso gera grande preocupação para toda a sociedade tendo em vista as perdas de aprendizagem e o descumprimento do artigo 32, inciso I da LDB, que prevê o Ensino Fundamental como formação básica do cidadão, mediante: o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O baixo rendimento dos alunos no Ensino Fundamental é algo preocupante que vem empecilhando o desenvolvimento educacional e que precisa de medidas urgentes para a sua minimização. Não basta reclamar que os alunos não vão bem, que a família não importa ou que os professores não têm demonstrado preocupações... É preciso que escola e comunidade somem esforços no sentido de cumprirem, conjuntamente, com as normas das leis educacionais, adotando estratégias pedagógicas enérgicas para a correção desse mal obstruidor do desenvolvimento.

O professor precisa perceber a importância que ele tem para seus alunos, principalmente para aqueles que não estão conseguindo acompanhar, com sucesso, o processo do ensino-aprendizagem. Ele precisa compreender que o aluno “problema” não é um caso perdido, tampouco um problema sem solução.

Admite-se, portanto, que o baixo rendimento não é um problema exclusivo do aluno, mas da escola e da família também. São resquícios produzidos pela comunidade e que devem ser sanados pela própria comunidade. Se a tarefa é coletiva, porque delegá-la a esse ou aquele?

O professor deve considerar que o ritmo de aprendizagem dos seus alunos é totalmente heterogêneo, onde há os que têm maior facilidade de assimilar e os que, por motivos vários, retardam essa qualidade, cabendo, pois, a escola buscar alternativas condizentes a cada indivíduo. A ausência do suporte pedagógico propiciará brechas para a decadência na aprendizagem dos alunos, sobretudo, daqueles que ainda não compreenderam a importância da escolarização para a formação da própria cidadania.

Em suma, é com essa convicção que se deve apostar no poder da união da comunidade escolar para o enfrentamento dos desafios da educação, principalmente na busca da solução para o redimensionamento de um futuro que consolide a formação do indivíduo e a constituição de sua verdadeira cidadania. O combate aos problemas educacionais é tarefa de todos. Não dá mais para esperar. Somos aqueles por quem estávamos esperando!

REFERÊNCIAS

BANCO MUNDIAL. **El financiamiento de la educación em los países em desarrollo**: opciones de política. Washington, DC, 1986.

BRASIL, CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988.

CARVALHO, A. M. P. de. Baixo Rendimento escolar: uma visão do professor. In: FUNAYAMA, C. A. (Org.) **Problemas de aprendizagem**: enfoque multidisciplinar. Campinas: Alínea, 2000. p. 115-146.

Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica – DCNEB / Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.**

Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB. **Consulta ao índice nacional sobre metas e resultados alcançados**. Ano, 2013.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN / **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996** – 11ª ed. Atualizada em 03/2015.

MANTOVANINI, Maria Cristina. **Professores e Alunos Problema: um Círculo Vicioso**. Ano 2001, ed. Casa do Psicólogo.